



nº 11 - dezembro de 2013

O arquivo e a testemunha: *Memórias do Cárcere*

Gustavo Silveira Ribeiro*

RESUMO

Leitura de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, a partir de conceitos da filosofia de Jacques Derrida, com ênfase para a questão da responsabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Graciliano Ramos; Jacques Derrida; Responsabilidade; Memória; Arquivo

ABSTRACT

This article intends to read *Memórias do cárcere*, a prison memoir by Graciliano Ramos, taking the philosophical concepts of Jacques Derrida, specially the concept of responsibility, as base.

KEY WORDS: Graciliano Ramos; Jacques Derrida; Responsibility; Memory; Archive

* Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor Adjunto de Literatura Brasileira da Universidade Federal da Bahia – UFBA – Salvador, Bahia, Brasil. gustavosr@ufba.br

Um pensamento, uma literatura que se coloca como resposta aos eventos do mundo, que, sem deixar-se pautar exclusivamente pelo que é adventício e contingente, procura responder aos conflitos (políticos, éticos, teóricos) de seu tempo é, desde sempre, responsável¹. Uma literatura, um pensamento que problematiza o presente, dialogando permanentemente com ele, ao mesmo tempo em que propõe uma revisão crítica e rigorosa do passado, assume, é claro, um compromisso: torna-se, voluntária e conscientemente, histórica, aceitando a responsabilidade, o dever de resposta que essa historicidade (não fetichista) implica. Trata-se aqui, como se vê, de afirmações e de escolhas: o posicionamento frente às contradições suscitadas pelo estar-no-mundo, sejam elas de natureza individual ou comunitária, não é algo que se dê de modo espontâneo, simples reflexo diante dos choques e fricções do real; é trabalho, eleição, desejo de colocar-se diante dos múltiplos conflitos que se desenham (ontem e hoje) na paisagem e intervir sobre eles, de alguma maneira deslocando-os. Ao mesmo tempo, e de maneira complementar, tal gesto pressupõe a afirmação de valores, o estabelecimento, no texto e no discurso, de um conjunto mínimo de questões a partir das quais se pode responder, conseqüentemente, mas sem dogmatismos, aos dilemas que incessantemente se apresentam.

Tomados em suas linhas gerais e numa perspectiva que não recusa o olhar comparatista, poderíamos dizer que tanto a obra de Graciliano Ramos quanto a filosofia de Jacques Derrida podem ser definidas como responsáveis, tal é a sua capacidade e o seu desejo de fazer frente, criticamente, aos eventos de seu tempo, fazendo desse ato – a resposta² – uma das bases de seus escritos e intervenções públicas. Graciliano, como a crítica especializada não se cansou de demonstrar, foi um dos intérpretes mais agudos de seu presente histórico, participando ativamente dos debates estéticos, políticos e éticos que tiveram lugar nas décadas de 30 e 40 do século passado. Seu engajamento nas

¹ Para compreender as relações entre responsabilidade e resposta a partir de um ponto de vista distinto do que propomos aqui, ver: LAPLANCHE, 1999, p. 146 e ss.

² É preciso lembrar que Derrida vai unir num só gesto reflexivo a literatura e a responsabilidade (em “This strange institution called Literature”) afirmando apenas aparentemente o contrário do que acabamos de dizer. Segundo ele, a literatura é aquela que tem o direito – senão o dever, em certos casos – de não responder, de não se posicionar ante os constrangimentos que o Poder e suas muitas instituições impõem à vida comum (cf. DERRIDA, 1992). Esta a sua liberdade e a sua força, o elemento que, segundo o filósofo, a define por excelência. Entretanto, não ter de responder não significa não poder responder, não desejar ou ser capaz de posicionar-se ante as diversas estruturas ideológicas e sociais que esmagam o homem e lhe cortam a palavra. A irresponsabilidade final, a absoluta liberdade que confere à literatura o seu caráter inquietante, sua potência desestabilizadora e dissonante, pressupõe (senão incita) o direito à escolha e à afirmação autônoma de um caminho, isto é, e para dizer de outro modo o que procuramos formular aqui: a literatura, pela sua ausência mesma de direcionamentos e normatização, é aquela anti-instituição capaz de fazer frente ao Poder, desestabilizando-o ou corroendo-o; respondendo a ele, enfim.

lutas sociais daquele período, mais do que apenas mostrar filiações ideológicas e partidárias, revela a radicalidade com que o imperativo da resposta (e também, por conseguinte, da responsabilidade) inscreveu-se em sua vida, assim como já se havia inscrito, tornando-se parte fundamental dela, em sua obra.

As *Memórias do cárcere* servem de imagem e paradigma disso. Sem fazer concessões de qualquer tipo, sem entregar-se a nenhuma das muitas constrições que o acoassavam (político-partidária, afetiva, econômica ou mesmo editorial), o escritor cria, nesse texto, um espaço ao mesmo tempo tenso e límpido de reflexão sobre o “nosso pequeno fascismo tupinambá” (RAMOS, 2008a, p. 12), suas violências e bestialidades, no qual, entretanto, não há qualquer traço de sentimentalismo ou direcionamento social. A resposta à experiência duramente presenciada prima, aqui, pela metatextualidade, pela elaborada consciência de si, da linguagem e de seu papel como sujeito histórico manifestadas pelo autor. Ao registro das terríveis condições em que viveram e morreram os prisioneiros do Governo Vargas vem somar-se, no corpo mesmo do texto, o resgate das histórias individuais, das pequenas narrativas dos homens que, condenados ao silêncio e à invisibilidade, quedariam como que apagados pela lei e pelo Estado que os vitimou. Dupla responsabilidade inscreve-se, assim, nas *Memórias do cárcere*: responsabilidade para com os vivos, com a compreensão crítica do presente histórico, àquela altura ainda marcado por autoritarismos de toda espécie (referimo-nos, claro está, aos anos em que Graciliano ia escrevendo e dando a conhecer as suas memórias, os anos que vão de 1946 a 1953, data da sua morte); e responsabilidade com os mortos, compromisso assumido ainda na cadeia (com os companheiros de infortúnio e mesmo com os algozes) de preservar as vozes, as tragédias, a solidariedade havida entre os prisioneiros, não deixando que tudo aquilo fosse simplesmente obliterado pelo tempo e pelas versões oficiais da “história triunfante e consolidada dos adversários que não cessam de vencer” (MIRANDA, 2004, p. 64).

Derrida, por sua vez, procurou construir uma reflexão filosófica sistemática e contínua sobre os principais eventos do mundo contemporâneo, pertencessem eles ao campo da especulação teórica (como o problema da escritura, por exemplo, ou a revisão da herança estruturalista) ou aos acontecimentos culturais e sociais do dia a dia, (como no caso dos *sans-papiers* ou da emergência de um pensamento totalizante e totalitário em relação ao assim chamado terrorismo) tomando-os sempre como ponto de partida para uma prospecção conceitual original e política – no sentido de que, inegavelmente, convidava à transformação, ao deslocamento, ao inesperado.

A articulação proposta, por comparação e contraste, entre o problema da responsabilidade em Graciliano e Derrida ampara-se não só na observação de percursos comuns percorridos pelos trabalhos dos dois autores. O próprio conceito em tela pressupõe uma junção mais ampla entre literatura e filosofia. Vejamos o que diz, a esse respeito, o próprio Jacques Derrida, num texto-entrevista em que procura avaliar, na sua jornada intelectual, o papel desempenhado por escritores e textos literários:

Sem renunciar à filosofia, o que me interessou foi devolver os seus direitos a questões sobre a repressão das quais a filosofia se tinha construído, a filosofia naquilo que em todo o caso tem de prevaiente, de hegemônico. O que é hegemônico na filosofia constituiu-se através do desconhecimento, da denegação, da marginalização das questões que certas obras literárias permitem formular, e que são o próprio corpo desses escritos literários. *Tentei aguçar a responsabilidade filosófica* perante uma possibilidade que não é simplesmente literária, mas que faz também parte dos discursos filosófico, jurídico, político, ético: a possibilidade de simulacro, de ficção (DERRIDA, 2004c, p. 23; grifo nosso).

Segundo é possível depreender, o texto de Derrida se deixou penetrar pelas potencialidades do discurso literário, reconhecendo nele a capacidade de dizer aquilo a que a filosofia, por princípio, teve de calar. Conforme afirma ele, o contato prolongado, a aprendizagem da literatura fez com que a sua reflexão filosófica (talvez toda e qualquer reflexão) assumisse os riscos, a historicidade e as possibilidades (formuladas, projetadas, antevistas) do pensamento atravessado pela ficção e pelo simulacro, tornando-se, assim, capaz de responder às injunções da linguagem, aos apelos da Justiça e aos eventos singulares que têm lugar no mundo. Para dizer de outra maneira: pela literatura, na literatura e com a literatura, a filosofia, segundo Derrida, torna-se responsável.

Vejamos um exemplo de como isso se dá: tomando o *Hamlet*, de Shakespeare, como mote e ponto de referência fundamental, Derrida vai unir, numa análise rica e intrincada, os conceitos em pauta – mostrando a sua ligação com a obra de Karl Marx, outro pensador para quem a ideia de responder aos chamados do presente era não menos que um compromisso inarredável. A partir da conhecida sentença do príncipe dinamarquês, “*O mundo está fora dos eixos. Oh! Maldita sorte... Por que nasci para colocá-lo em ordem!*” (SHAKESPEARE *apud* DERRIDA, 1994, p. 15), Derrida vai evocar, num só lance de dados, o componente revolucionário do texto shakesperiano, a lógica do fantasma (e também da responsabilidade) que perpassa a filosofia marxista e o elemento político – o chamado à ação – que as une. Tanto o poeta inglês quanto Marx

dão a ver um tipo de sujeito que tem como tarefa, que toma para si como tarefa, irresistivelmente, a transformação, a leitura crítica, o conserto do mundo.

Herdeiro dessa tradição, disposto a desdobrá-la e mantê-la viva num contexto (o início dos anos de 1990, auge do discurso anticomunista e da celebração conservadora do “fim da história” proposto, entre outros, por Francis Fukuyama) em que ela parecia não ter mais lugar, Derrida vai aproximar sutilmente a sua reflexão filosófica – e também todo o trabalho da desconstrução – de alguns dos dilemas que Marx e o marxismo propuseram, numa clara tentativa de ressaltar a atualidade, naquele momento maior do que nunca, do pensamento do autor de *O capital* (1867):

Que outro pensador, em tempo algum, esteve atento para esse fato de forma tão explícita? Quem jamais invocou a *transformação*, ainda por vir, de suas próprias teses? Não somente por obra de algum enriquecimento progressivo do conhecimento, que em nada mudaria a ordem de um sistema, mas a fim de levar em conta, uma outra conta, os efeitos de ruptura e de reestruturação? E a fim de acolher, antecipadamente, para além de toda a programação possível, a imprevisibilidade dos novos saberes, das novas técnicas, das novas distribuições políticas? Nem um texto da tradição parece tão lúcido quanto à mundialização em andamento na política, quanto à irredutibilidade do técnico e do midiático na óptica do pensamento mais pensante – e para além da estrada de ferro e dos jornais de então, cujos poderes foram analisados de modo incomparável pelo *Manifesto*. E poucos textos foram tão luminosos no que concerne ao direito, ao direito internacional e ao nacionalismo (DERRIDA, 1994, p. 29; grifo do autor).

Sem endossar cega e irrefletidamente as suas teses, com as quais sempre manteve um diálogo tenso (visível, por exemplo, em *Positions*, de 1972) Derrida vai, entretanto, destacar o lastro histórico e a capacidade de resposta de tal pensamento, dizendo ser justamente esses elementos os que, de um modo ou de outro, muitos gostariam de esvaziar. E será pela identificação proposta, ou desejada, entre a capacidade de responder ao mundo (a responsabilidade) de Marx e a assertividade com que a desconstrução participou dos principais debates políticos e ideológicos de seu tempo (a questão da soberania, a pena de morte, as leis de imigração e hospitalidade, os limites da democracia, os direitos dos animais, entre outros) é que Derrida vai afirmar a tradição a que escolhe dizer *sim*, reconhecendo nela os elementos constituintes do que ele julga como uma das tarefas centrais da filosofia não-metafísica.

Outro aspecto que também é preciso ressaltar na abordagem do problema da responsabilidade em Derrida tem a ver com o aspecto paradoxal localizado pelo

pensador nos conceitos e temas do campo ético e político. Referimo-nos ao que o próprio pensador chamou “eticidade da ética” (DERRIDA, 2001, p. 3), isto é, aquilo que torna as decisões e os valores considerados éticos como tais, os elementos que fazem com que a ética não seja apenas a aplicação de um conjunto de regras e procedimentos pré-determinados, eximindo o sujeito de uma verdadeira decisão. Para Derrida, só há ética, só é possível falar em escolhas éticas quando não existem mais protocolos a seguir e modelos a imitar; somente quando a ausência de referenciais éticos é completa, o indivíduo está diante de uma decisão autêntica – algo que, no limite, toca sempre o imponderável. Nesses momentos, sim, é que se esconde a eticidade, a capacidade de responder, verdadeiramente, aos dilemas apresentados pelo real. Sobre o que chama de “responsabilidade moral”, Derrida raciocina a partir desse mesmo ponto de vista paradoxal:

É preciso *reinventar* cada situação singular ou regras que não existem previamente. (...) sinto que a exigência de uma responsabilidade ética implica a ausência de uma ética, de um sistema ético e de uma norma ética (DERRIDA, 2001, p. 3; grifo nosso).

Como se vê, a ideia de uma abertura para o inesperado, da reinvenção contínua das situações em que é preciso escolher, faz parte do conceito de responsabilidade. A mesma resposta que ela supõe existe apenas na medida em que subsiste, irrestrito, o direito à não-resposta, a possibilidade de não responder a um determinado chamado ou injunção, sejam eles comunitários ou pessoais (cf. DERRIDA, 1995). Para se tornar efetiva, a responsabilidade depende, em última instância, da alteridade radical do que é desconhecido, daquilo que não se deixa reconhecer e capturar mecanicamente pelo pensamento, exigindo um posicionamento sempre novo, sempre coerente com o evento singular que se tem diante dos olhos; é preciso também, no entanto, que essa decisão única, aporética, decisão-limite, não resvale nem para a imobilidade nem para o conformismo cético, ou, o que é ainda pior, para um relativismo fácil e inconsequente.

Nesse preciso ponto, reencontramos o trabalho de Graciliano Ramos, especialmente as *Memórias do cárcere*, momento-chave da prosa memorialística e da reflexão ético-política do autor, texto em que se concentram quase todos os seus temas e conflitos fundamentais. Trazemo-lo à tona, neste momento, porque acreditamos que os elementos mais importantes, o substrato mesmo, das considerações de Derrida sobre a responsabilidade e a ética tocam o seu trabalho, fecundando-o e abrindo nele novos

cortes e novas possibilidades de leitura. Antes de detalhá-las, porém, é preciso lembrar uma ou duas questões de fundo, todas elas concernentes à maneira pela qual a obra de Graciliano, *Memórias do cárcere* principalmente, vai articular o debate ético. Somente depois disso é que se poderá aproximar melhor a argumentação da filosofia das narrativas do escritor.

Se Graciliano não arma o mesmo jogo proposto por Derrida, a mesma armadilha retórica e conceitual que visa surpreender o momento dogmático ou o esvaziamento normativo da reflexão ética, o autor, entretanto, vai compartilhar com o pensador francês a recusa das soluções fáceis, dos desenlaces que revelam compromissos assumidos com ideologias e grupos de interesse específicos, ou ainda com modos de pensar conservadores e pouco afeitos à autocrítica. Os impasses e os paradoxos também fazem parte de suas considerações. Além de encarar as dificuldades propriamente axiomáticas que perpassam a fixação de um conjunto estável de valores morais (a que, ao fim e ao cabo, tanto Graciliano quanto Derrida vão declinar em nome de uma atenção concentrada na diferença e na singularidade irreduzível de cada acontecimento), acrescido das asperezas resultantes da aproximação e do julgamento do outro, o escritor alagoano se vê enredado no emaranhado de tempos e verdades que o discurso memorialístico mobiliza. Isto é: à indagação de cada uma das noções que presidem o encontro (quase sempre convulsionado) com a alteridade; à exigência de resposta que seu espírito permanentemente crítico sente em relação às experiências históricas e pessoais vividas; à consciência, enfim, da impossibilidade de uma resolução totalizante e reconciliadora dos conflitos em jogo, Graciliano vai acrescentar também a consciência das limitações (e das vantagens) da fala das memórias, que impõe sobre a reflexão inevitável e complexa mediação, constituída, entre outras coisas, por uma carga de ambiguidade e incerteza quanto àquilo que está sendo reelaborado pela linguagem.

Não é à toa, nesse sentido, que Graciliano abre o seu último livro com uma análise detalhada do problema da memória, antes mesmo de mergulhar seja no relato circunstanciado dos dias de sua detenção, seja na constatação, surpreendida, da relatividade de suas concepções morais e políticas. Afirmando ser o livro, provavelmente, destinado a “publicação póstuma” (RAMOS, 2008a, p. 13), Graciliano detalha, logo no início de sua narrativa, aquilo que considera serem os empecilhos e as vantagens da escrita memorialística. O jogo de opostos que dispõe no papel, no entanto, se desfaz à medida que reconhece a liberdade com que pôde contar ao não prender-se a métodos positivos ou a critérios rígidos que indicassem uma obsessão pela verdade

histórica ou pela pureza moral. Interessa-lhe, sobretudo, a verossimilhança narrativa. A carga de invenção e simulacro do tecido da memória ajustava-se a perfeição ao texto especulativo, misto de narração e reflexão, que ele elabora para tentar dar conta da tarefa que se desdobra a sua frente:

Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador a ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente (RAMOS, 2008a, p. 14).

Nessa que é uma verdadeira poética da memória, Graciliano expõe a natureza ficcional do exercício rememorativo, que é antes feito de deformações e idiosincrasias daquele que escreve do que composto a partir de documentos e testemunhos fidedignos da realidade anterior. A declaração de independência (e também de ficcionalidade) feita pelo autor não pode ser lida apenas em função dos compromissos sociais, estéticos e ideológicos que ele, como escritor, diretamente recusa; o papel de vítima da perseguição política, por exemplo, que sub-repticiamente lhe era imputado pela sua condição, à época da redação das *Memórias*, de militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), é categoricamente desmentido ao longo do texto, em especial nos momentos em que o escritor acusa-se, revê-se frágil, às vezes mesmo covarde, mas sempre consciente, durante todo o tempo da cadeia e além, dos seus atos e escolhas.

Afirmando poder “andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo”, saltando passagens e detendo-se em mesquinhas, Graciliano vai colocar-se de modo decisivo no presente, enfatizando sempre o momento da lembrança (e não do lembrado), o tempo da enunciação como elemento determinante para a operação da escrita. Os personagens, sentimentos e atos passados são vistos com desconfiança, como se quedassem longínquos e só indiretamente acessíveis. Importa mais o agora textual, a urgência do presente que se apropria, num salto, das reminiscências e as faz móbile do pensamento. Outro aspecto do esforço memorialístico do autor, dessa vez ressaltado por Wander Melo Miranda, diz respeito ao papel que o narrador, instância agenciadora dos saberes e questões dados a ver no texto, reserva a si mesmo. Segundo Miranda,

[...] em Graciliano Ramos a restauração da memória não se prende a métodos factuais que busquem recuperar os acontecimentos (...) através de uma perspectiva reconfortadora para o sujeito que recorda. Lembrar é, para Graciliano, esquecer-se enquanto sujeito-objeto da lembrança, esgueirar-se para os cantos, colocar-se à margem do texto – ser escrito por ele, ao invés de escrevê-lo (MIRANDA, 2004, p. 61).

Misto de ação e passividade, o gesto do escritor alagoano é tomado aqui como parte do jogo memorialístico, uma espécie de proteção contra o narcisismo residual que sempre persiste numa narrativa autobiográfica. Esquecer-se de si mesmo, “esgueirar-se para os cantos obscuros” (RAMOS, 2008a, p. 16) é, portanto, um gesto paradoxal, uma tentativa de alcançar (e romper) os limites do eu e da linguagem, elementos que só vêm complicar – pela sua relatividade e pelos seus constrangimentos, isto é, pelo que obrigam a dizer e forçam a silenciar – a reflexão ética proposta pelo autor. Não é também sem razão, nesse sentido, que Graciliano chamará “pronomezinho irritante” (RAMOS, 2008a, p. 15) o eu, essa instância retórica, esse ponto de resistência da língua e do pensamento que condiciona, queira-se ou não, toda atividade do espírito.

Uma vez observado de que maneira o romancista situa dois problemas-chave em seus textos, a memória e o ponto de vista narrativo, equacionando-os de maneira hábil e crítica dentro da economia formal do seu texto, é hora de resgatar alguns dos motivos que se disseminam ao longo deste ensaio e lançá-los adiante. A dupla inscrição da responsabilidade proposta por Derrida – escolha e resposta – encontra em Graciliano Ramos, como dissemos, terreno propício. A redação das *Memórias do cárcere*, em si mesma, pode ser vista como uma injunção, uma resposta à violência e à morte observadas na cadeia. O próprio Graciliano compreende dessa maneira o problema: ainda na abertura do texto, ao comentar os motivos que o levaram a escrever, dez anos depois, a narrativa de seu encarceramento, ele assevera que a “exigência [da escrita] se fixa, domina-me” (RAMOS, 2008a, p. 13). Apesar de todas as dificuldades encontradas no caminho – obstáculos que vão da necessidade financeira à supressão do “desejo de entregar-nos” (RAMOS, 2008a, p. 12) ao exercício narrativo, dadas as lembranças e os efeitos vivos da prisão, elementos que ambigualmente impelem, ao mesmo tempo, ao registro e ao cancelamento, à liquidação da experiência vivida – o autor escreve, impõe a si mesmo o cumprimento da tarefa requisitada pelos companheiros de infortúnio. A simples composição do texto, independentemente até, num primeiro momento, dos sentidos que põe em circulação, é já uma resposta, um gesto afirmativo do escritor que prefere aproveitar-se da incompleta (mas ainda assim existente) liberdade que tem para

dar testemunho das arbitrariedades e injustiças que sofreu e presenciou. Escrever, nesse sentido, é mais do que ato da vontade, do desejo individual: é responsabilidade.

Um outro aspecto das *Memórias do cárcere* que permite lê-las como resposta aos acontecimentos do mundo e como confirmação de uma consciência histórica iniludível tem a ver com o fato de que Graciliano contrariou, com a escrita do livro, alguns dos principais componentes da provação pela qual ele e muitos outros homens e mulheres passaram. A imposição do silêncio, sem dúvida, foi a mais importante e significativa de todos eles. O percurso carcerário feito por Graciliano e os demais prisioneiros pode ser descrito como um caminhar, cada vez mais decidido, para o mutismo, para a impossibilidade da palavra (falada e escrita) e da comunicação com o mundo exterior. Acompanhar a sequência dos eventos assinalados pela dura geografia prisional ajuda a compreender a matéria discutida, na medida em que mostra não só a progressiva imobilização dos prisioneiros, mas também, e o que é mais significativo para este ensaio, a capacidade de Graciliano de levantar-se contra tal estado de coisas, afirmando a sua voz (seu texto) tanto no momento em que se deram os insucessos quanto depois, ao rever e lançar ao papel as experiências e reflexões que compõem as *Memórias do cárcere*.

O primeiro local em que Graciliano foi detido, um quartel, facultava-lhe a conversa e até a discussão. Os diálogos com o comandante do local e as longas conversas com o Capitão Lobo (que lhe oferece uma inesperada ajuda financeira) são ásperas, mas sempre ocorrem. Constituem um dos pontos altos do livro, primeira das muitas surpresas experimentadas pelo narrador e que o vão tornando mais poroso à diferença e alerta contra o dogmatismo de suas concepções morais. Naquele ambiente confuso ninguém lhe susta, na própria garganta, a voz, ou proíbe-lhe a escrita. No porão do Manaus ou no Pavilhão dos Primários dá-se o mesmo: apesar das dificuldades, do território desconhecido e às vezes hostil, conversas, celebrações, cantos são entoados sem que, pelo menos diretamente, seja proibida qualquer tentativa de comunicação: a existência e o funcionamento da “Rádio Libertadora” (RAMOS, 2008a, p. 199) são prova disso. Até mesmo o mundo exterior parece mais próximo, uma vez que as visitas são possíveis. Distinto, entretanto, será o caso da Colônia Correccional.

Lá, uma espécie de campo de concentração improvisado em que o governo Vargas confinava seus adversários políticos, de mistura com criminosos comuns de todo o tipo, a perspectiva é apenas a violência e o isolamento. As notícias e testemunhos que chegavam com os que retornavam da Ilha Grande davam conta de um clima de terror

generalizado. Fome, maus tratos, doença e morte eram os termos mais claramente associados ao local. Somava-se a isso a imagem dos retornados (talvez o mais correto fosse chamá-los *sobreviventes*): cabelos raspados, assustadora magreza, abatimento geral da saúde e da vontade. Como ali não existiam regras claras ou avisos prévios, a ida para a Colônia Correcional era sempre uma possibilidade, uma ameaça que pairava inexorável, sobre os detidos por crimes políticos. A ida do escritor para lá não tardou. Depois do breve período no Pavilhão dos Primários, em meio aos comunistas e aos militares revoltosos, o aviso de mudança foi dado.

O objetivo da Colônia era claro: quebrar a resistência do prisioneiro, reduzi-lo a um ser sem ânimo ou força moral, puro corpo: “vida nua” (cf. AGAMBEN, 2008). Direta ou indiretamente, física ou espiritualmente, pretendia-se aniquilar a todos. Logo à chegada, as palavras do administrador militar do local, um “tipinho de farda branca, gorro branco” (RAMOS, 2008a, p. 429), baixa estatura e modos ásperos, não afirmava outra coisa:

Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: *vêm morrer* (RAMOS, 2008a, p. 429; grifo nosso).

A morte é uma realidade constante na Colônia. As palavras do anspeçada confirmam-se de diversas maneiras: disputas entre prisioneiros, enfermidades, desnutrição, violências e exaustão pelo trabalho estúpido e inútil são algumas das causas de óbito narradas por Graciliano. A eliminação física dos adversários do regime é uma das facetas mais obscuras da repressão do governo Vargas, que a essa altura já preparava o golpe dentro do golpe que foi o Estado Novo, dado a conhecer em 10 de novembro de 1937. Nesse sentido, são mais do que simples metáforas as palavras do escritor no início de *Memórias do cárcere*, nas quais se refere, justamente, à morte (individual e coletiva) imposta aos antigos detentos: “Demais já podemos enxergar luz a distância, emergimos lentamente daquele mundo horrível de treva e morte. Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando” (RAMOS, 2008a, p. 13).

O aspecto ritualístico da vida na Colônia tentava controlar o corpo dos homens que ali se achavam. Filas, a famigerada “formatura geral” (RAMOS, 2008a, p. 425), cruzar e descruzar de braços ao ritmo das ordens ministradas, cabeça (e olhar) mantidos sempre baixos. Tudo isso repetido à exaustão, sem motivo ou finalidade aparente: um

simples mecanismo de dominação que, além de humilhar, tornava os presos apáticos, temerosos das repreensões e violências que acompanhavam os gestos continuados: “– Formatura geral. Agitação de carneiros, entrada ruidosa nas filas” (RAMOS, 2008a, p. 436), eis como Graciliano se refere à reação dos demais ao procedimento sem sentido; um “tropol de bichos mansos” (RAMOS, 2008a, p. 436), eis no que, segundo ele, os detentos se iam transformando.

– Formatura geral.

Com certeza aquilo iria prolongar-se indefinidamente, não nos deixariam em sossego. Queriam apenas isto: mexer-nos, obrigar-nos à correria estúpida.

– Formatura geral.

Trinta vezes. Em seguida perdi a conta. E os sucessos em roda esmoreceram, findaram (RAMOS, 2008a, p. 438).

O próprio nome dos prisioneiros lhes era, por assim dizer, roubado na Colônia Correcional. A partir de sua admissão, passavam a ser conhecidos apenas por um número de matrícula, um registro repetido todos os dias durante a formatura e que visava, sem dúvida, apagar-lhes a identidade e atribuir-lhes uma existência maquinal e reificada, regida apenas pelas normas da burocracia militar. O número/nome dado a Graciliano é 35.35. Conforme demonstrou Wander Melo Miranda (1992), a indiferenciação totalizadora pretendida pelo Estado-prisão revela-se aí, nesse arranjo que o acaso atribuiu ao romancista: na repetição de apenas dois algarismos, combinados para formar um signo vazio – ausência de nome, de voz ou de quaisquer outros direitos, tradução apropriada para a “seriação do indivíduo” (MIRANDA, 1992, p. 87) que se desejava realizar e a que Graciliano resiste por meio da escrita.

No texto, a cena da escrita-resposta se desdobra em dois momentos distintos, cada um deles ligado a um tempo e mobilizando um significado específico. O primeiro é, por assim dizer, diegético e intratextual: refere-se à anotação sôfrega que o escritor realizou durante quase todo o período carcerário. Não conhecemos todo o seu conteúdo, pois o autor desfez-se de dos seus papéis ao sair da Colônia Correcional, restando apenas, dessa época, os contos que compõe na Sala da Capela. Nessas folhas manuscritas, ou por meio delas, o escritor procurou recompor a si mesmo, sua identidade estilhaçada em meio à massificação da vida e à desordem moral que as situações-limite vividas e observadas suscitavam.

Vistos de hoje, esses textos, independentemente de seu conteúdo ou mesmo de sua eventual qualidade ou inépcia estética, representam um exercício de liberdade e um enfrentamento do autoritarismo: nas notas que se perderam o autor registrava as suas impressões dos homens e das coisas, fazendo de seu texto arquivo privilegiado das vozes, histórias e saberes dos sujeitos marginalizados que com ele partilharam o sofrimento e a solidariedade; nos contos produzidos nos dias anteriores à sua libertação, por sua vez, encontraremos um escritor que reafirma o seu ofício perante a realidade incompreensível, e que escolhe fazê-lo num gesto em que se pode ler, sobretudo, inquietude e inconformismo.

O segundo desdobramento do ato da escrita em *Memórias do cárcere* refere-se, é claro, ao momento da redação do texto publicado, iniciado pelo autor dez anos depois de sua saída da prisão. Composto num tom reflexivo, a partir de uma estrutura narrativa que não privilegia apenas o aspecto documental, a reconstituição objetiva dos fatos passados (retratando-os com o detalhe e a urgência de uma reportagem), o relato de Graciliano coloca-se como resposta às atrocidades – e também às bondades insuspeitas da prisão – na medida em que devolve ao mundo, justamente, aquilo que o mundo (o público) não esperava. Responder é assim mais do que simplesmente responder: não se trata apenas de um reflexo, movimento involuntário, resposta automática que se dá a um estímulo qualquer, seja ele bom ou ruim. Fruto de longa meditação, a escrita das memórias distende em diversos níveis os motivos da resposta e da responsabilidade. Em primeiro plano, responder é surpreender a si e aos outros, é lançar de volta, modificada, a carga que lhe foi depositada sobre os ombros. Em seu livro, o autor foge a todos os estereótipos em que o tentaram enquadrar. Ao invés de oferecer a narrativa acusatória, plena de ressentimento e, até certo ponto, justificada mágoa, ele prefere fazer

[...] o possível para entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos (RAMOS, 2008a, p. 15).

É preciso lembrar que se incluíam entre tais homens os carcereiros e demais militares diretamente envolvidos com a sua detenção e sofrimentos. É, aliás, o retrato de alguns deles, nomeados ou não no relato, o elemento que melhor sintetiza o que queremos dizer: contrariando a expectativa geral, o autor oferece um texto límpido e dramaticamente autocrítico, no qual afloram vários conflitos de ordem ética, conflitos que, entretanto, não se transformam, dentro do texto, em umas quantas razões para o

maniqueísmo e a vitimização. A surpresa diante das pequenas bondades de gente como o capitão Lobo, o soldado negro que lhe mata a sede ainda no porão do Manaus, além de Cubano, Gaúcho ou Paulo Turco, todos eles prisioneiros comuns, assassinos ou ladrões que, no entanto, praticam ações altruístas, arriscando-se a punições e expondo-se a dificuldades para ajudar a pessoas que mal conheciam.

A ênfase dada pelo autor aos atos desses homens, somada à atitude pouco exaltada diante dos ex-carrascos, muitos dos quais foram representados de maneira isenta no volume, sem qualquer traço de rancor que lhes deformasse em excesso a figura, faz com que seja necessário assinalar a diferença (o inesperado, o incalculável) que caracteriza o texto-resposta de Graciliano. Para retomarmos aqui, brevemente, Jacques Derrida, poderíamos dizer que uma lógica *an-econômica* preside a escrita das *Memórias do cárcere*: é como se ali se recusasse a devolver ao mundo algo que fosse proporcional, comparável, equivalente à perseguição sofrida pelo autor; ao contrário, no momento em que oferta um elemento diverso – um texto que prima pela autoacusação e pela solidariedade comovida com o outro – o que se vê não é da ordem da troca, do pagamento ou da compensação; é da ordem do dom.

Em outro registro, podemos dizer que, nas *Memórias do cárcere*, responder é também denunciar, expor as vísceras de um processo histórico e político que procurava ocultar os seus cadáveres, por assim dizer; é ainda trazer à tona a perspectiva do outro, dar voz aos que, de outra maneira, não a teriam. É fazer da escrita arquivo da memória e da dor coletiva. E isso se dá, é lícito dizer, a cada momento do texto. Muitos são os exemplos possíveis e muitas as questões que se conseguiria derivar deles. No entanto, gostaríamos de destacar aqui apenas um, o mais significativo para o raciocínio que vamos construindo neste ensaio. O problema escolhido tem a ver com o imenso panorama traçado por Graciliano a partir da vivência na Colônia Correcional. Nele, o autor irá, num só movimento, defrontar-se criticamente com o extermínio lento, promovido pelo governo Vargas, de seus adversários, ao mesmo tempo em que terá a oportunidade de conhecer e aproximar-se de criminosos comuns, homens que viviam literalmente à margem do processo de “modernização conservadora” (cf. MICELI, 1979) levado a cabo pelo Estado brasileiro, sendo ao mesmo tempo um seu produto inegável – ao qual, é claro, o acesso à palavra e à visibilidade pública era completamente negado.

A observação e registro da experiência levados a cabo nas *Memórias do cárcere* dá-se a ver com mais clareza no capítulo do livro dedicado à Colônia Correcional. Lá

Graciliano se coloca como testemunha dos acontecimentos, disposto que está a não esquecer alguns dos eventos e reflexões suscitados pelo que se passou ali. Testemunha, aqui – é bom que se diga – não é aquele que se põe à margem da vida (e da história), desejoso apenas de observar os seus fatos imparcialmente e depois torná-los informação comum. É bem o inverso disso. Testemunhar, como nos lembra Primo Levi – secundado, entre outros, por Giorgio Agamben, Jeanne-Marie Gagnebin e Márcio Seligmann-Silva³ – é assumir a responsabilidade de narrar em lugar daqueles que não o podem fazer (principalmente os mortos, mas não só eles); é uma tarefa, um dever de sobrevivência, conforme Agamben⁴, já que o desejo de contar o visto torna-se uma força irresistível, um imperativo moral que revela ao mesmo tempo um pacto com os que ficaram para trás e um compromisso com o tempo presente (e também com o porvir), na medida em que salvar do esquecimento o horror e solidariedade encontrados na dureza do cárcere é um ato político, um ataque direto aos executores daquela violência e um alerta – e acima de tudo um chamado – aos homens do presente.

Uma das características definidoras da testemunha, segundo Jeanne Marie Gagnebin, é o desejo (a capacidade) de ouvir, de buscar histórias, vozes e personagens que, nem sempre, restarão para elaborar, por si mesmos, as suas dores e vivências. Segundo ela, “testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta” (GAGNEBIN, 2006, p. 57; grifo da autora). Conforme defende, a testemunha é também aquele que suporta, paciente, a narração insuportável (ou impossível) do outro; é aquele que, mais que ouvir, trata de reelaborar, dar forma visível à história narrada por outrem no intuito de conservá-la, passá-la adiante, afrontando, com esse gesto, o poder que reduziu homens e mulheres a isso, apenas um punhado de gestos e palavras. Partindo de tal definição, é fácil ver como o

³ Cf. AGAMBEN, 2008; GAGNEBIN, 2007; LEVI, 1988 e 2010; SELIGMANN-SILVA, 2003. Dentre todos esses, talvez seja Jeanne Marie Gagnebin aquela que vai propor uma definição de testemunha mais próxima do sentido dado, neste ensaio, ao termo. Ela ressalta o caráter ativo, o gesto de afirmação contido no ato de testemunhar: “Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2006, p.57).

⁴ Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben afirma que o desejo de narrar, de dar testemunho dos traumas e violências presenciados nos campos de extermínio nazistas era uma das principais motivações subjetivas que os confinados encontravam para lutar pela sua sobrevivência em meio à tragédia coletiva do genocídio. A principal referência dos seus estudos sobre a questão do testemunho e do arquivo da Shoah é, como não poderia ser diferente, a obra do italiano Primo Levi – sobrevivente do *lager* situado na cidade polonesa de Auschwitz que, segundo o filósofo, “torna-se escritor unicamente para testemunhar” (AGAMBEN, 2008, p. 26), confirmando assim o imperativo criado pela abjeção totalitária.

narrador das *Memórias do cárcere* se coloca, de maneira decisiva, como testemunha do vivido na Ilha Grande.

Seu contato com os presos comuns, ladrões ou assassinos em sua maioria, atesta isso. Além de descrever a abominável máquina burocrático-militar que trágou centenas, talvez milhares de homens no período em que esteve confinado; além de oferecer detalhado retrato do “curral de arame farpado”, da “sujeira imensa” (RAMOS, 2008a, p. 396), Graciliano relata as histórias que ouve dos homens que dele se aproximam, todos ansiosos por deixar com o escritor um pedaço de si, de suas artes e insucessos na rua e na cadeia. O mais interessante dentre todos os que aparecem nessas condições é Gaúcho, “ladrão, arrombador” (RAMOS, 2008a, p. 425), figura típica do submundo que logo se torna amigo de Graciliano, narrando-lhe por vários dias as histórias e técnicas de seu trabalho. Dizia-se *escruchante*, termo que de imediato causou espanto e curiosidade no autor: “- Que significa *escruchante*?”, pergunta, ao que Gaúcho explica: “*Escruchante*? Ora essa! O *lunfa* que trabalha no *escruncho*, quer dizer, no *arrombamento*” (RAMOS, 2008a, p. 425). A relação entre eles será marcada por essa dissimetria; não há verdadeiras trocas, no sentido comum do termo. Graciliano nada ou pouco oferece, a não ser a promessa (o compromisso) de uma narrativa futura que ainda não sabe como, e se, escreverá. Gaúcho, por sua vez, parece contentar-se com o relato, com a elaboração, mesmo precária, de seus feitos.

O que se verifica entre eles pode ser descrito como um processo de tradução e arquivamento. Disposto a testemunhar, o escritor esgueira-se “para os cantos” (RAMOS, 2008a, p. 16) e abre-se, num corte duplo, ao outro. Primeiro, renuncia a seus valores de homem honesto e cuidadoso, escusando-se de criticar (e principalmente de rejeitar por completo) os duvidosos princípios que pontuam as histórias de Gaúcho. Ele prefere anular-se momentaneamente, fazer de sua escrita arquivo da memória comum, depositária de narrativas alheias. Num segundo momento, ele também procura dar forma às palavras muitas vezes confusas do detento, como fica patente no esforço que faz por traduzir no idioma rigoroso que sempre marcou a sua obra os termos típicos da oralidade das ruas. Assinalar, no texto, a busca pelo significado da palavra “*escruchante*”, por exemplo, é mais do que só um detalhe narrativo, um elemento a mais a garantir a verossimilhança das memórias. É deixar visível o movimento tradutório, a apropriação que se estava fazendo dos saberes do outro, apropriação que se dava, é claro, como modo de afirmação e arquivamento desses mesmos saberes.

O que pode parecer então gratuito, simples anedota contada em meio à ignomínia das sopas cheias de moscas, das humilhantes latrinas coletivas, da quase que total ausência de chuveiros, avulta e ganha dimensões insuspeitas. Os planos de fuga, as histórias de roubos antigos, o detalhamento das técnicas usadas para abrir uma fechadura, sondar o terreno, destituir a vítima de tudo o que fosse carregável, compõe a narrativa de resistência que se desenha coletivamente no corpo das *Memórias do cárcere*: aquele universo permanentemente condenado à exclusão e ao silêncio começa a falar. As condições desumanas de vida que aterrorizam os prisioneiros entre outras coisas por manterem-se encobertas, quase secretas na normalidade da vida urbana, vão sendo dadas à luz – isso e mais todo o retrato mural da solidariedade nascida entre os detentos, mesmo entre aqueles que não parecem interessar-se pela sorte comum da população carcerária ou pelas razões políticas que determinaram a presença de grande parte dos homens que estão ali. Há todo um projeto político de escrita que se desdobra no livro, em grande parte relacionado à atenção dada por Graciliano a esses que, só aparentemente, são “alguns tipos sem importância” (RAMOS, 2005, p. 278). É por eles, por seu silêncio, que o seu texto é – ou transforma-se – no que é: arquivo e testemunha, veneno contra o esquecimento e a morte.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. O arquivo e a testemunha. Trad. Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANTELME, Robert. *A espécie humana*. Trad. Maria de Fátima Oliva do Coutto. São Paulo: Record, 2013.

DERRIDA, Jacques. *Acts of Literature*. New York: Routledge, 1992a.

_____. *L'Éthique du don*: Jacques Derrida et la pensée du don. (Colloque Royaumont – Dezembro de 1990). Paris: Diffusion Seuil, 1992b.

_____. *Espectros de Marx*: O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Sob palavra*. Instantâneos filosóficos. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Ed. Fim de Século, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006.

LAPLANCHE, Jean. Responsabilité et réponse. In: *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: Quadrige/PUF, 1999; p. 146-172.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: PubliFolha, 2004.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. São Paulo: Record, 2005.

_____. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. *Abertura entre as nuvens: uma interpretação de Infância*. São Paulo: Annablume, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.) *História Memória Literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

Data de submissão: 08/09/2013

Data de aprovação: 27/10/2013